

O MAD - Movimento para o Aprofundamento da Democracia, no uso indeclinável de um direito que lhe assiste, vem manifestar publicamente a sua posição no contexto do actual momento político.

Sendo um movimento sem vocação partidária, antes sim de intervenção directa e activa dos cidadãos na vida pública (no espírito do artigo 112 da Constituição da República), e tendo desde o início procurado implantar-se quer a nível local e regional, quer por áreas de interesse temático e socio-profissional, o MAD tem procurado contribuir para que a Democracia se torne uma realidade efectiva no nosso país. Para tal entende ser preciso que todos os movimentos de cidadãos, bem como cada cidadão de per si, assumam os seus deveres e exerçam os seus direitos de cidadania.

De facto, esta acção cívica e política não pode ser deixada só aos partidos que, embora imprescindíveis numa democracia pluralista, não englobam todos os cidadãos interessados e são norteados por interesses partidários próprios, nem sempre coincidentes com interesses mais gerais dos cidadãos e da Nação.

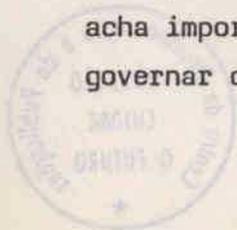
Esta actuação é tanto mais necessária quanto se assiste a uma ocupação dos postos de controlo político pelos quadros partidários, sejam eles os da administração central, dos cargos políticos na generalidade ou da própria informação (entendida hoje já como "um quarto poder"), ocupação de tal modo abusiva e desqualificada que os cidadãos se sentem impotentes e incapazes de sequer utilizarem o *poder mínimo* de exigirem o *cumprimento da lei* de modo igual para todos.

Daf resulta a aparente indiferença com que o cidadão comum assiste a notícias que envolvem entidades públicas em actividades ilícitas, e ao modo como outras entidades igualmente responsáveis, ou que o deveriam ser, parecem sentir-se autorizadas a procurar passar uma esponja sobre esses casos.

Torna-se urgente implementar os meios de que o cidadão dispõe para obrigar as individualidades que ocupam cargos públicos a comportar-se segundo as regras da ética democrática. Aquelas que o não fizerem terão de ser afastadas das responsabilidades para que foram indigitadas.

Tal só será possível quando se concretizar o geral aprofundamento da Democracia, pela participação alargada dos cidadãos, nomeadamente os considerados mais isentos e competentes, nas responsabilidades do poder democrático e se combata a corrupção e o facciosismo partidários.

Tendo em vista a abertura da campanha eleitoral, e falando a partir de uma região de características bem próprias como é a Região Norte, o MAD enquanto Movimento independente de cidadãos chama todos a uma maior intervenção na vida pública e, nomeadamente, a um acompanhamento atento e crítico da campanha que se avizinha. Neste sentido acha importante que os cidadãos procurem ser esclarecidos por aqueles que se propõem governar o País quanto às soluções por todos consideradas inadiáveis.



Não procuraremos abordar aqui as graves questões de âmbito nacional tais como a nossa cada vez maior dependência económica do exterior; a inflacção; o desemprego; os salários em atraso; a degradação da qualidade de vida dos cidadãos; a crise generalizada do sistema de ensino; a problemática da Saúde, assistência social e habitação. Enumeraremos sim, os que mais directamente implicam a Região Norte, e no claro intuito de ouvir dos partidos em disputa eleitoral as soluções que propõem:

- que resposta se pretende dar às questões da regionalização, descentralização, desconcentração a fim de reduzir a afluente disparidade entre o litoral e o interior, a cidade e o campo;
- como se procurará redimensionar e modernizar o sistema produtivo quer agrícola quer industrial da Região Norte;
- quais os problemas previsíveis que irão surgir nos vários sectores da indústria comércio e produção agrícola e vinícola; como irá ser administrada e fiscalizada a utilização dos fundos destinados ao desenvolvimento regional derivados da nossa integração na CEE;
- que soluções concretas se irão dar ao problema do desemprego em geral e do desemprego da juventude em particular, nomeadamente numa região onde será necessário criar nos próximos 10 anos para cima de 400 000 postos de trabalho;
- qual o lugar da indústria turística no desenvolvimento integrado da nossa Região, não deixando de ter em conta a preservação do ambiente e a protecção à natureza;
- o que deve ser feito no que respeita ao regresso cada vez mais generalizado dos nossos emigrantes;

Além disso não queremos deixar de chamar a atenção do cidadão menos prevenido de que é necessário saber distinguir entre o que é mera *propaganda eleitoral* e o que deve ser o apontar sincero de *soluções concretas para os problemas*.

Neste contexto e perante o papel decisivo que a Comunicação Social irá ter na divulgação das propostas de solução eventualmente anunciada pelos partidos, juntamos a nossa voz, à do Presidente da República, à do Conselho da Comunicação Social e à da Comissão Nacional de Eleições no sentido de que ela sirva de modo isento e imparcial todas as forças concorrentes aos próximos actos eleitorais. Só assim contribuirá para que cada cidadão ajude de modo consciente a dar corpo à consolidação do regime democrático.

Porto, 10 de Setembro de 1985

Pelo Aprofundamento da Democracia

A Comissão Coordenadora Regional

